

CONSÓRCIO DE INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA - Ciga

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício de 2025

1 - INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 Domicílio e classificação jurídica da entidade:

Consórcio de Inovação na Gestão Pública - Ciga, pessoa jurídica constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, bairro Canto, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

1.2 Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O Ciga é um consórcio público que possui como missão prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública, e conta com 353 municípios consorciados.

Atualmente, o Ciga disponibiliza aos municípios consorciados os seguintes serviços de tecnologia: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - Ciga DOM/SC, Gestão do Cadastro Integrado Municipal - Ciga CIM, Gestão do Simples Nacional - Ciga Simples, Gestão das Câmaras Municipais - Ciga Câmara, Gestão de Obras - Ciga Obras, o Sistema SinFAT (via Acordo de Cooperação com FATMA, MP/SC, FECAM e EGEM), o Sistema de Geoprocessamento - Ciga Geo, o Sistema de Processos Eletrônico - e-Ciga, e o Boas Práticas.

1.3 Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis passaram por aprovação do Conselho fiscal tendo sido assinado o Parecer do Conselho até 21 de janeiro de 2026.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

2.1 Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Resolução CFC nº 1.111/2007) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

2.2 Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas não foram ajustados a valor presente.

2.3 Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi o regime de competência.

3. RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
Corrente	9.479.234,67	9.684.791,60	9.696.601,91
Capital	-	-	895.000,00
TOTAL	9.479.234,67	9.684.791,60	10.591.601,91

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS
Corrente	8.870.030,02	9.967.301,92	9.761.390,99
Capital	514.412,30	374.912,30	327.784,94
Contingência	94.792,35	94.792,35	-
TOTAL	9.479.234,67	10.437.006,57	10.089.175,93

Em 2025, houve um superávit orçamentário de R\$ 502.425,98.

O superávit orçamentário apurado reflete principalmente o desempenho da arrecadação pelos serviços prestados conforme previsão, e de arrecadações diversas conforme tabela a seguir:

	Prevista (R\$)	Arrecadada (R\$)	A receber (R\$)	%
DIÁRIO/SC	2.759.952,98	2.690.014,94	105.481,19	101%
Ciga SIMPLES SC	994.114,81	1.021.149,01	29.390,32	106%
Ciga CÂMARA	1.206.414,12	1.291.007,08	2.247,65	107%
Ciga OBRAS	309.566,25	346.693,07	2.106,27	113%
Ciga CIM	551.418,26	543.403,19	11.467,43	101%
Ciga GEO	897.399,06	1.130.837,71	72.910,06	134%
Sinfat	294.599,95	344.212,58	11.110,32	121%
e-Ciga	557.179,14	532.508,78	5.687,42	97%
Ciga SIMPLES outros estados	420.647,78	454.838,60	36.848,52	117%
Ciga OBRAS outros estados	108.340,95	97.111,31	11.178,83	100%
e-Ciga outros estados	182.045,14	148.870,36	52.526,64	111%
e-Ciga Consórcios	108.577,76	100.264,22	822,56	93%
B-Cadastros outros estados	59.328,00	57.600,00	0,00	97%
Integrigov Cincatarina	526.800,00	526.800,00	0,00	100%
Ciga Data Hub (1)	387.578,46	0,00	0,00	0%
Remuneração de depósitos bancários	117.000,01	173.719,25	0,00	148%
TOTAL	9.480.962,67	9.459.030,10	341.777,21	103%
		Arrecadada (R\$)		

Ônus de Sucumbência (2)		205.556,84		
Indenizações diversas (3)		32.014,97		
Alienação de Bens Móveis (4)		895.000,00		
TOTAL		1.132.571,81		
TOTAL GERAL		10.591.601,91		

- (1) A receita esperada de Ciga Data Hub não se realizou em virtude da dependência de sinalização positiva, por parte da Receita Federal do Brasil, acerca da utilização da plataforma no formato em que foi concebida pelo Ciga.
- (2) O Ônus de Sucumbência refere-se a receita proveniente de processo judicial de natureza cível, cujo Agravo em Recurso Especial n.º 2252777/SC transitou em julgado em 19 de agosto de 2024, conforme Certidão n.º 3560563, sendo os valores de sucumbência repassados à Advogada do Ciga, conforme Resoluções Ciga N.º 288/2024 e 292/2025.
- (3) As indenizações recebidas são provenientes de ressarcimento pelo sinistro ocorrido na sede do Ciga de responsabilidade de terceiros.
- (4) O valor de alienação de bens imóveis é referente a venda das salas comerciais situadas no 13º andar (salas 1306 e 1307) e das vagas de garagem nº 105 e 106, localizadas no pavimento pilotis, do Edifício Centro Executivo Imperatriz, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Bairro Canto, Município de Florianópolis/SC, matriculadas respectivamente sob os n.ºs 41.823, 41.824, 41.622 e 41.623 no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, conforme aprovado na 36ª Assembleia Geral do Ciga. Este valor foi recebido integralmente em dezembro de 2025 e não foi utilizado.

Contribuiu adicionalmente para o superávit do exercício a exoneração, a pedido, de alguns colaboradores ao longo do ano, cujas vagas não foram repostas.

Ao longo do exercício, houve aumento significativo nas despesas de infraestrutura, em decorrência do encerramento do contrato com o fornecedor anterior. Abaixo está a tabela de despesas empenhadas no exercício.

DESPESAS EMPENHADAS	R\$	%
Vencimentos e vantagens fixas	3.614.571,82	35,83%
Obrigações Patronais	979.304,40	9,71%
Outras Despesas Variáveis Folha	369.254,17	3,66%

Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	69.354,74	0,69%
Diárias	111.942,00	1,11%
Material de consumo	11.263,58	0,11%
Premiações	4.451,00	0,04%
Passagens e despesas com locomoção	49.588,66	0,49%
Serviço de consultoria	20.972,44	0,21%
Outros Serviços de terceiros Pessoa Física	8.730,00	0,09%
Locação de Mão de Obra	169.788,10	1,68%
Outros Serviços de terceiros Pessoa jurídica	500.215,11	4,96%
Serviços de tecnologia da inf. e comunicação	3.310.869,85	32,82%
Auxílio-alimentação	390.170,20	3,87%
Obrigações tributárias e contributivas	109.791,80	1,09%
Auxílio Transporte	639,94	0,01%
Indenizações e restituições	40.436,36	0,40%
Despesas de exercícios anteriores	46,82	0,00%
Equipamentos e material permanente	50.248,94	0,50%
Amortização compra software Geo	277.536,00	2,75%
TOTALIZADOR	10.089.175,93	100,00%

O orçamento anual, aprovado por meio da Resolução CIGA nº 284, de 01 de agosto de 2024, não sofreu atualização monetária desde a data de elaboração até sua efetiva abertura.

No referido exercício não houve receitas ou despesas intraorçamentárias, uma vez que o Consórcio possui apenas uma unidade orçamentária (a qual abrange toda a sua operação).

No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.532.771,90 sendo R\$ 715.000,00 oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, R\$ 242.771,90 oriundos do excesso de arrecadação, e R\$ 575.000,00 por anulação de despesas do exercício.

Foram inscritos em Restos a Pagar em 2026 o valor de R\$ 330.368,15.

4. PATRIMÔNIO

Ativo Circulante	1.949.858,77	Passivo Circulante	481.961,35
		Passivo Não Circulante	439.431,72
Ativo Não Circulante	4.447.037,77	Patrimônio Líquido	5.475.503,47
TOTAL DO ATIVO	6.396.896,54	TOTAL DO PASSIVO	6.396.896,54
Ativo Financeiro	1.603.070,52	Passivo Financeiro	377.923,97
Ativo Permanente	4.793.826,02	Passivo Permanente	808.179,12

Superávit Financeiro		
Fonte		(R\$)
501	Outros recursos não vinculados	7.714,97
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - vinculado	895.000,00
880	Recursos Próprios não vinculados	322.431,58
	TOTAL	1.225.146,55

a) Ativo Circulante

As disponibilidades financeiras, compreendendo saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, totalizaram R\$ 1.603.070,52 em 31/12/2025.

CONTAS	31/12/2025	31/12/2024
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.008-7	2.449,61	6.924,10
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.016-8	1.009.547,80	821.671,67
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.012-5	589.304,52	20.294,81
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 28.515-3	993,60	743,62
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.013-3	774,99	4.735,84
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 31.405-6	-	43.929,03
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 31.719-5	-	34.406,66
TOTALIZADOR (R\$)	1.603.070,52	932.705,73

Disponível para uso fonte livre	R\$ 330.146,55
Disponível para uso fonte vinculada (1)	R\$ 895.000,00
Comprometido por empenho	R\$ 264.710,02
Comprometido por liquidação	R\$ 65.658,13
Comprometido por retenções	R\$ 26.425,29
Comprometido por depósitos a devolver	R\$ 21.130,53
TOTAL	R\$ 1.603.070,52

(1) Os recursos de fonte vinculada é referente a venda das salas comerciais situadas no 13º andar (salas 1306 e 1307) e das vagas de garagem nº 105 e 106, localizadas no pavimento pilotis, do Edifício Centro Executivo Imperatriz, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Bairro Canto, Município de Florianópolis/SC, matriculadas respectivamente sob os n.ºs 41.823, 41.824, 41.622 e 41.623 no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, conforme aprovado na 36ª Assembleia Geral do Ciga. Este valor foi recebido integralmente em dezembro de 2025 e não foi utilizado.

Os créditos a curto prazo, reconhecidos pelo regime de competência, correspondem principalmente a faturas e duplicatas a receber dos entes consorciados, totalizando R\$ 341.777,21, cuja expectativa de realização se dá até o término do exercício subsequente. Os estoques, avaliados pelo custo médio de aquisição, somaram R\$ 3.961,04 e não foram identificadas perdas por obsolescência ou vencimento.

b) Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é composto por créditos realizáveis a longo prazo no valor de R\$ 85.267,86, bem como por bens do ativo imobilizado e ativo intangível.

O imobilizado apresentou saldo líquido de R\$ 2.888.902,54, após a apropriação das depreciações acumuladas. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas e vidas úteis definidas pela Comissão de Avaliação Patrimonial, em conformidade com as NBC TSP.

Imobilizado	Valor aquisição (R\$)	Depreciado (R\$)	Saldo (R\$)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	62.758,57	- 26.206,24	36.552,33
Bens de informática	312.270,25	- 166.086,76	146.183,49
Móveis e utensílios	285.465,14	- 157.153,13	128.312,01
Materiais de comunicação	10.589,68	- 7.163,32	3.426,36
Veículos	46.863,13	- 15.022,80	31.840,33
Demais bens móveis	20.778,45	- 3.092,00	17.686,45
Imóveis comerciais	2.844.460,83	- 479.559,26	2.524.901,57
Estacionamentos e garagens	160.000,00		
			2.888.902,54

Houve contabilização de depreciação do ativo imobilizado em 2025, conforme tabela de depreciação abaixo definida pela comissão de Avaliação de Patrimônio.

DESCRIÇÃO DOS BENS	Tabela de Depreciação Anual	Prazo de Vida Útil (Anos)	Valor Residual %
Aparelhos/Equipamentos de Comunicação	20%	5	10%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10%	10	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10%	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	10%
Equipamentos de Tecnologia da Informação	20%	5	5%
Aparelhos e Utensílios domésticos	10%	10	5%
Máquinas, Utensílios de Escritório	10%	10	5%

Mobiliário em Geral	10%	10	10%
Equipamentos para Áudio e Vídeo e foto	10%	10	10%
Veículos em geral	10%	10	30%
Imóveis Comerciais	4%	25	30%

O ativo intangível refere-se a softwares adquiridos e desenvolvidos para uso próprio, registrados ao custo de aquisição, totalizando R\$ 1.472.867,37.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante, registrado pelo valor de exigibilidade, totalizou R\$ 481.961,35, abrangendo obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, retenções legais e parcelas de curto prazo relativas a contratos de aquisição de software.

d) Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante totalizou R\$ 439.431,72, correspondente às parcelas vincendas de longo prazo decorrentes de operação de crédito contratada para a aquisição de software de geoprocessamento.

O montante refere-se a 19 parcelas de um total de 60, relativas à contratação da totalidade da tecnologia necessária à continuidade do uso autônomo do Sistema de Georreferenciamento, incluindo suas evoluções e módulos adicionais (última versão). Estão abrangidos, nos termos contratuais, o direito de uso, os códigos-fonte comentados, o memorial descritivo, as especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e demais dados técnicos indispensáveis à absorção da tecnologia, bem como a respectiva documentação técnica, conforme disposto na Cláusula Trigésima do Contrato Administrativo nº 94/2019/CIGA. Ressalta-se que o parcelamento foi pactuado sem incidência de juros adicionais

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do CIGA é constituído exclusivamente por superávits acumulados de exercícios anteriores, totalizando R\$ 5.475.503,47 ao final do exercício de 2025.

4 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

QUADRO DE PESSOAL

CONCURSADOS (23)	COMISSIONADOS (4)
3 – Programadores	1 – Diretor Executivo
8 – Técnicos em TI	1 – Gerente Adm.
6 – Analistas de Sistemas	1 – Gerente de TI
1 – Advogada	1 – Gestor de Projetos
1 – Contador	
3 – Assistentes Administrativos	
1 – Controlador Interno	

Situação fiscal perante a Receita Federal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **CONSORCIO DE INOVACAO NA GESTAO PUBLICA**
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:32:39 do dia 12/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/07/2026.
Código de controle da certidão: **FBE3.7B5E.7889.B611**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

4.1 Legislações relevantes que regem as operações do CIGA:

- ✓ Lei nº 4.320/64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- ✓ Lei Complementar nº 101/00 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- ✓ Portaria STN/SOF 163/2001 - Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- ✓ Lei nº 11.107/05 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- ✓ Decreto nº 6.017/07 - Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- ✓ Portaria STN nº 72/2012 - Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

4.2 Contingências

Não há contingências passivas em tramitação na data-base das demonstrações contábeis.

4.3 Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros.

4.4 Responsabilidades na Gestão

- ✓ Robson Jean Back – Diretor Executivo do Ciga
- ✓ Emerson Maas – Prefeito de Mafra e Presidente do Ciga

Grasiele Hoffmann
CRC/SC 036228
Contadora do Ciga